

Análise de Conjuntura – Outubro de 2010

- Não é documento oficial da CNBB -

Apresentação

Em nível internacional mereceu destaque, nesta análise, a greve geral que ocorre na França contra as alterações que se desejam promover no Sistema de Previdência Social no país.

Uma reflexão sobre o significado do resgate dos mineiros no Chile inicia a análise no âmbito latino-americano. Em seguida noticia-se a realização do IV Fórum Social Mundial das Migrações realizado em Quito, Equador. Neste mesmo país, analisam-se os fatos ocorridos em 30 de setembro, quando ocorre uma tentativa de golpe de estado. Conclui-se com uma rápida avaliação dos resultados das eleições parlamentares na Venezuela.

Em nível nacional, inicia-se com as ameaças que a Lei da Ficha Limpa está sofrendo com a indecisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Em seguida, passa-se a uma análise do resultado do primeiro turno das eleições, da grande abstenção ocorrida, do tom da campanha presidencial que iniciou o segundo turno, o uso da internet nessas eleições e a relação entre desigualdade social e o resultado eleitoral no 1º turno no Distrito Federal.

A análise da atuação dos movimentos sociais se inicia com a sua participação nas eleições. Em seguida os resultados iniciais do Plebiscito Popular sobre o limite da propriedade da terra, uma rápida notícia sobre o “crescimento” da população negra no Brasil, com dados iniciais do Censo e a luta pelo combate à fome e a miséria, lembrado no Dia Mundial da Alimentação.

Quando às notícias do Congresso, apresenta-se uma rápida análise dos resultados das eleições no parlamento, acentuando-se o que significa o perfil dos eleitos.

Internacional

Greves na França contra reformas do Sistema de Seguridade Social

As manifestações dos trabalhadores contra alterações no sistema de seguridade social francês tem se intensificado. A proposta de aumento da idade para aposentadoria acima dos 60 anos é prioridade do Governo Francês, que na quarta-feira, dia 20 de outubro, tem votação do tema no senado nacional. A greve já repercutiu no abastecimento de combustíveis e caminhoneiros também se manifestam.

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, reuniu, na segunda-feira, dia 18, no Palácio do Eliseu, em Paris, com o primeiro-ministro, François Fillon, e os ministros que tutelam as pastas do Trabalho, Ecologia, Transportes e do Interior, num esforço de preparar a resposta à mobilização anunciada pelos sindicatos para hoje. Foi ainda anunciado a ativação "de um centro inter-ministerial de crise" para assegurar "o fornecimento de combustíveis" no país.

Há reação da juventude, visto que a ampliação da idade reduzia as expectativas de acesso a postos formais para a esse segmento social. Este é um enfoque diferenciado de resistência ainda não visto no Brasil em processos de reforma previdenciária regressiva.

América Latina

O que revelou o resgate dos mineiros no Chile

Um fato que ganhou grande cobertura da mídia na semana, a partir do dia 12 de outubro foi o resgate dos mineiros no deserto do Atacama, no norte do Chile. Foi um verdadeiro show de ciência, tecnologia, persistência e solidariedade.

Houve mobilização do conhecimento disponível para salvar vidas. Este deve ser um claro critério ético para utilização da ciência. A persistência e bravura dos mineiros diante da situação crítica também chamaram a atenção. Como um grupo de pessoas é capaz de mobilizar forças necessárias para resistir ao desânimo e persistir na conquista da meta almejada: a sobrevivência e o retorno ao convívio humano?

Num país sacudido por fortes terremotos, sobreveio a esperança, nome do acampamento dos familiares que para lá foram acompanhar, mas também pressionar para que as medidas necessárias ao resgate fossem tomadas.

Muitas lições podem ser apreendidas do fato. O presidente do Chile que amargava baixíssima popularidade obteve pela atuação e presença uma reconquista de liderança imprescindível ao seu governo; a presença do presidente da Bolívia, Evo Morales, demonstrou que é possível retomar uma convivência de diálogo entre vizinhos que arrastam disputas históricas por território e acesso ao mar.

Todavia, é preciso registrar que o fato revelou o significado para o povo da privatização da exploração dos preciosos recursos minerais chilenos, operado pelos governos neoliberalizantes do país¹, aos quais o atual presidente esteve diretamente ligado. A empresa responsável deixou sem remuneração os familiares dos mineiros soterrados. Demonstrou, assim, o descaso e a precariedade das relações de trabalho e da seguridade social, a que estavam submetidos aqueles trabalhadores e as suas famílias. Ficou patente também a precária fiscalização pelos órgãos governamentais daquele país das condições de trabalho desta fonte de riquezas estratégica para o fundo soberano do povo chileno.

Os sobreviventes viraram celebridades internacionais, merecidamente, é claro. Mas que mudanças serão promovidas no Chile e em outros países do mundo para prevenir acidentes como estes? É incalculável o sofrimento por que passaram as famílias dos agora resgatados.

Na eucaristia celebrada no último domingo no “Acampamento Esperança” houve manifestações que denunciavam que são 300 os mineiros e não apenas 33 os que ficaram sem salários e seguridade social durante todo o período do resgate dos mineiros soterrados.

IV Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM)

Paralelamente aos Fóruns Sociais Mundiais existem os Fóruns temáticos, entre os quais se destacam os Fóruns das Migrações. O primeiro foi em 2005 a Porto Alegre. O segundo e terceiro aconteceram na Espanha, perto de Madrid. O quarto acaba de se reunir em Quito nos três dias, 8, 9 e 10 de outubro. Aproximadamente mil defensores dos direitos dos migrantes, vindo de mais de 50 países, trocaram suas experiências e reflexões. Boa parte dos participantes eram eles mesmos migrantes.

O tema das migrações é importante. A ONU considera que há 740 milhões de migrantes internos, e 200 milhões fora de seu país. Esse número só vai crescer por razões econômicas e ambientais. As migrações são uma consequência do modelo de desenvolvimento neoliberal, mais centrado sobre a acumulação de dinheiro que sobre a dignidade das pessoas humanas. O impacto da crise sobre a migração foi uma ampla chave de leitura da situação atual.

Os migrantes questionam as sociedades mais ricas aonde vêm em busca de condições de sobrevivência. O sofrimento é grande tanto para os que saem como para os que ficam. O migrante sofre quando deixa sua família. Há o perigo da viagem e de ser preso quando passa nas fronteiras. No

¹ Conferir artigo de Emir Sader, de 15-10-2010, com o título “*Mineiros chilenos, vítimas da flexibilização trabalhista*”, disponível em <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=51645>

lugar aonde chega, vive com o mínimo – muitas vezes em péssimas condições – para poder enviar um pouco de dinheiro a sua família. Sem documentos, “ilegal”, tem medo de aparecer em público, com a apreensão de ser expulsos. Vive escondido. Não poucas vezes as condições de vida e de trabalho são semi-escravas.

Há numerosas organizações, com militantes bem preparados, que lutam para que sejam respeitados os direitos dos migrantes inscritos na Convenção da ONU aprovada em 1990. A maioria dos países receptores não assinou a Convenção. Vejamos apenas os títulos das Conferências no começo e/ou no final do dia, que indicam as grandes orientações dos trabalhos nos seminários e diversos grupos: 1) “povos em movimento por uma cidadania universal; derrubando o modelo, construindo atores”; 2) “crises globais e fluxos migratórios” 3) “direitos humanos e migrações”; 4) diversidade, convivência e transformações sócio-culturais.

O trabalho foi intenso e os resultados positivos. Houve avanços respeito ao Fórum anterior. Podemos destacar alguns pontos entre muitos outros: A migração é um fato massivo que cresce. Ela é fonte de muitos sofrimentos, tanto para quem se vá como para quem fica. As migrações são em parte as consequências do modelo econômico capitalista neoliberal que idolatra o dinheiro e sacrifica numerosas vidas humanas. Há muitos preconceitos contra os migrantes, que se desfazem na convivência. Não é simples reconhecer o outro tal como é. Os migrantes são vítimas duma profunda exploração no trabalho e na vida; os seus direitos não são respeitados. As mudanças climáticas podem provocar imensas migrações. Existe um profundo apelo a mais solidariedade, a superar as fronteiras; é o grito dos excluídos em favor da cidadania universal.

O 5º FSMM será na Coréia do Sul.

Que aconteceu no Equador no dia 30 de setembro?

Foi uma tentativa de golpe ou apenas um motim da policia? O levantamento foi programado ou foi a reação do presidente que ampliou o evento? Há dados para as duas interpretações. O mais importante é perceber o que significa esse protesto.

Nos últimos anos, de 2007 a 2010, os salários da policia e das Forças Armadas tinham sido sensivelmente aumentados. Mas, uma nova lei suprime os benefícios ligados às condecorações, por causa de corrupção.

Houve uma conspiração entre setores da policia e das Forças Armadas. Vários quartéis se levantaram; sem articulação. A polícia fechou o aeroporto. Soldados das Forças Armadas invadiram a Assembléia Nacional. Algumas tropas saíram na rua. Houve confusão: 10 pessoas morreram e 250 foram feridas. Para a sua segurança, o presidente foi levado num hospital.

Ele mesmo decidiu sair e se meteu no meio da confusão, arriscando a vida. Falou com os soldados amotinados. Os insultou, dizendo que podiam matá-lo, chamando-os de covardes, e outras injúrias. Diante do fracasso e no meio da desordem, alguns soldados optaram para o plano B: matar o presidente. Atiraram balas sobre seu carro; o ajudante de campo foi atingido.

O dia seguinte, em cadeia nacional de TV, Rafael Correa denunciou um intento de golpe de Estado, puxado pelo ex-presidente Lúcio Gutiérrez. Muitos elementos indicam que houve uma tentativa de golpe, ou um ensaio geral de golpe, com a presença do ex-presidente atrás. Mas a tentativa, mal preparada, fracassou. As Forças Armadas ficaram fieis a Correa.

Paradoxo entre outros, o povo que elegeu amplamente o presidente (ele tem um alto índice de popularidade; entre 60 e 70%), que aprovou com entusiasmo a nova Constituição – uma das mais avançadas do mundo –, esse povo, não desceu nas ruas para defender o presidente e a Constituição. É que a tentativa de golpe fracassou antes que o povo tivesse que se mobilizar.

Aliás, as relações entre o presidente e os povos indígenas não são muito boas. Rafael Correa não vem dos movimentos populares e tem dificuldade para dialogar com eles Os povos indígenas o apóiam apenas em função das suas próprias perspectivas e estratégias.

A solidariedade internacional foi imediata. No dia seguinte dos eventos – dia 1º de outubro – os ministros das relações externas dos doze países da UNASUR, então em reunião extraordinária em Buenos Aires, decidiram transladar-se a Quito para expressar o apoio total ao presidente Correa. A Conferência Episcopal Equatoriana se manifestou, fazendo chamamento à paz e ao diálogo, em respeito à Constituição democrática do país.

Eleições na Venezuela: uma derrota ou vitória para o regime bolivariano?

A mídia brasileira e internacional fez uma avaliação negativa do resultado das eleições para o presidente Hugo Chavez. Depois que o Partido socialista unido de Venezuela (PSUV) obteve 60 % das cadeiras na Assembleia nacional, a mídia qualificou o resultado como derrota para o Presidente Chávez. A oposição que, nas eleições anteriores havia escolhido não participar, obteve 65 cadeiras contra 90 para a situação. Se vitória há, quem se saiu bem é a democracia com uma participação de 66,45 %, bem mais que os 25 % das eleições anteriores de 2005, boicotadas pela oposição.

A conferência Episcopal da Venezuela fez forte apelo à participação dos cristãos nas eleições parlamentares: *“Como venezolanos y amantes de la Democracia, el voto es nuestra única arma valedera para transformar el país. Venezuela nos exige cumplir con el sagrado deber de votar. No olvidar que por los pecados de omisión también seremos juzgados”*²

Com o resultado das eleições, o Presidente Chávez, não dispõe mais dos dois terços das cadeiras para poder modificar a Constituição e legislar por decretos. Ele vai precisar negociar com parte da oposição, provavelmente o PPT que faz parte da coalizão da oposição. De fato, há um movimento rumo ao centro do quadro político venezuelano, pois a própria oposição assumiu, no seu programa, bandeiras sociais da chamada “revolução bolivariana”.

Brasil

Indecisões do Judiciário ameaçam a Lei da Ficha Limpa

Na semana anterior à do primeiro turno das eleições, os ministros do Supremo Tribunal Federal protagonizaram uma verdadeira batalha de argumentos jurídicos: de um lado uma concepção liberal-individualista do Direito e do outro uma perspectiva do Direito que se pauta na construção histórico-social e de perspectiva coletiva.

Perdeu-se uma oportunidade histórica de dirimir a validade da plena aplicação da Lei da Ficha Limpa para estas eleições, levando o resultado do pleito eleitoral a ocorrer em muitos estados brasileiros *sub judice*.

As mais de 14 horas de julgamentos foram invalidadas por causa da indecisão do pleno, surpreendida pela renúncia do pleiteante, o ex-Governador do Distrito Federal. Tivesse sido proclamado o empate como efetivo resultado, na madrugada de quinta para a sexta-feira, a aplicação da Lei de iniciativa popular aprovada amplamente pelo Congresso Nacional estaria garantida³. Como serão reembolsados ao erário brasileiro os valores gastos com estas horas de trabalho desperdiçadas?

Foi grande a frustração da população brasileira que esperava do STF uma posição ativa em defesa da moralidade na condução da coisa pública, bem como a defesa da ética na política. Neste sentido as entidades integrantes do MCCE expressaram publicamente em nota. A compreensão da cidadania brasileira é que a iniciativa popular veio suprir uma lacuna na regulamentação do parágrafo nono do artigo 14 da Constituição Federal, ou seja, cumpriu um dever cívico.

Outro fato grave, parcimoniosamente divulgado pela imprensa brasileira, foi a solicitação de vista de um dos ministros do Supremo, após a ligação de um dos candidatos à presidência da

² Conferir *Carta Pastoral Elecciones Parlamentárias* no link http://www.cev.org.ve/noticias_det.php?id=3706

³ Uma lei para ser inconstitucional precisava ser declarada como tal por maioria do pleno da Suprema Corte brasileira, uma vez que uma lei aprovada dentro dos trâmites legais do parlamento tem presunção de constitucionalidade.

República⁴, numa decisão acerca da documentação necessária aos eleitores para participação no pleito eleitoral. Qual foi a novidade apresentada pelo ministro após a solicitação de vista? Nenhuma.

Estes fatos demonstram a necessidade de estabelecer um processo mais democrático e transparente para escolha dos ministros da Suprema Corte brasileira, conforme já manifestado por renomados juristas brasileiros. Há uma insatisfação com a administração da justiça no país, que ainda atua de modo aquém às demandas apresentadas pelo povo brasileiro. Há pressões de diversos candidatos alcançados pela aplicação da Lei da Ficha Limpa para que seja nomeado um ministro contrário à aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições desse ano.

Eleições 2010

As eleições presidenciais no primeiro turno foram "pouco politizadas". Até o PSOL, único partido, que na avaliação do sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira⁵, ainda "tem um traço ideológico firme", elegeu, como deputado do Rio de Janeiro, um ex-big brother. Para ele, a ampla representatividade petista na Câmara Federal não sinaliza que "o Brasil esteja mais à esquerda ou ao centro. Essas eleições contribuíram ainda mais para o esvaziamento dos partidos políticos". O sociólogo enfatizou ainda que está convencido de que "realmente existe como partido político no Brasil são as bancadas do Congresso. Quero ler as análises quando formos ver a composição das bancadas ruralista, evangélica, do esporte, da polícia".

O presidente Lula é considerado o grande vitorioso em sua estratégia de ampliar a base de apoio parlamentar para um possível governo de continuidade, com aumento da bancada dos partidos aliados na Câmara e no Senado. Para construir essa estratégia houve prejuízos na ótica do presidente com a derrota para candidaturas apoiadas por ele, principalmente em São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores colégios eleitorais do país.

As pesquisas eleitorais foram questionadas com os resultados finais das urnas, demonstrando que ou é preciso rever sua metodologia; ou o eleitorado brasileiro quis mostrar que vota de forma autônoma, educando os candidatos para que sejam menos arrogantes e que realmente qualifiquem a sua interlocução com os eleitores. Neste sentido, o resultado mais surpreendente foi da candidata Marina Silva que nas últimas pesquisas aparecia com intenção de voto em torno de 14% e obteve em média cerca de 20%, fugindo à margem de erro definida e levando as eleições presidenciais para o segundo turno.

Chamou também atenção o crescimento na abstenção no 1º turno:

| 1º Turno Eleições Presidenciais 2010 | | | | | | |
|---|------------|----------------|--------------------------|-----------------|--------------|--------------------------------|
| Distribuição da Abstenção, Brancos e Nulos | | | | | | |
| | Sul | Sudeste | Centro/ Oeste | Nordeste | Norte | Percentual nacional |
| TSE | 21,13 | 24,15 | 23,83 | 29,34 | 25,03 | 25,19 |

Mais de 16% de abstenção é um número muito grande para eleições presidenciais, sendo que a maior parte se concentra nas regiões norte/nordeste. Este alto índice de abstenção não estava previsto nas pesquisas, era um simples item acessório, mas acabou sendo um fator decisivo para um 2º turno.

Sabe-se que o voto no Brasil é obrigatório, e dificilmente alguém deixa de votar e aceita pagar um salário mínimo só para protestar. Seria um protesto caro e às suas próprias custas. É possível a hipótese de uma abstenção por razões alheias à vontade do eleitor. E nesse caso, a mais provável é a confusão causada em torno do documento necessário para votar.

Parece que pouco adiantou a decisão, em cima da hora, do STF dizendo bastar um documento, se esse documento tinha de conter foto do eleitor. Tinha se armado a confusão e uma grande parcela do eleitorado, principalmente aquela mais humilde, das locais mais afastadas do Norte e Nordeste, que

⁴ Folha de São Paulo, de 30-09-2010, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po3009201017.htm>

⁵ Entrevista concedida ao IHU Online

não possui carro, nem carteira de trabalho e muitas vezes não teve acesso a carteira de identidade, foi à mesa eleitoral sem foto e não pôde votar. Uma situação que pode ter contribuído para que uma grande parcela do eleitorado, mais de 20 milhões de eleitores, não tivesse acesso ao exercício efetivo do voto.

O tom da campanha presidencial

Segundo o jornalista e analista político, Antonio Martins⁶, “subestimada durante meses, por fugir inteiramente à lógica das disputas políticas clássicas, a trajetória da disputa eleitoral começa agora a fazer sentido. Inspira-se no Partido do Chá (*Tea Party*)⁷, a ultra-direita norte-americana que reemergiu com enorme força, em resposta à eleição de Barack Obama. Seu perfil não se confunde nem com o da direita clássica (que defendia com sinceridade as ideias conservadoras), nem com o do neoliberalismo (que postulava como valor máximo a supremacia do mercado).

Corresponde, continua o referido analista, a uma fase de impasse do capitalismo ocidental. Depois de verem seu projeto de sociedade questionado, e de o terem reciclado parcialmente nas décadas anteriores, as velhas elites parecem, em todo o mundo, incapazes de dar um novo passo propositivo adiante. Sua associação orgânica com o conservadorismo foi abandonada, na sequência a 1968; sua crença na “mão invisível”, que substituiu a antiga aliança a partir do fim dos anos 1970, acabou destruída pela crise pós-2008; as periferias batem à porta – tanto as globais, quanto as metropolitanas. Resta resistir a elas: e como não é possível fazê-lo por meio de um projeto articulado, convocam-se os medos e ressentimentos: o irracional.

É uma aposta momentaneamente forte, porque as ideias de ampliação da democracia e transformação social rearticularam-se há muito pouco (na virada do século) e não puderam ainda fincar raízes no imaginário popular, nem formular conceitos sólidos. Lula, ou Obama; o Fórum Social Mundial, a sociedade civil global, o desejo de rever as relações entre o ser humano e a natureza; a cultura das periferias, a aparição em cena dos indígenas e negros, as novas classes médias; a blogosfera, o compartilhamento de cultura e conhecimento, a colaboração como valor decisivo para produzir – tudo isso são todos fenômenos contemporâneos.

Sem uma alternativa para contrapor a estas inovações que aspiram a construir futuro, os setores das elites tenta despejar sobre elas os preconceitos do passado. Sua estratégia é evitar o debate político e, sobretudo, o choque entre projetos. Seu método é substituir o debate racional pela mobilização de rancores e recalques, pelas denúncias caluniosas e não-assumidas, pelo ataque implacável a certas ideias e personalidades, pela desinformação deliberada e generalizada.

Há uma clara rejeição do eleitorado ao método dos ataques pessoais, despolitizados. Outro fato condenável é a tentativa de apropriação de lutas da sociedade por candidaturas, conforme se manifestou o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no dia 18 de outubro, diante da tentativa de tomar para si a iniciativa da campanha pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.

A instrumentalização da nota da Comissão Representativa do Regional Sul 1 da CNBB, de 26-08-2010, tem provocado muitas reações negativas à histórica tradição da CNBB nas eleições. As várias manifestações da Presidência nacional da CNBB, bem como a declaração divulgada no último dia 17 de outubro pelos bispos do estado de São Paulo, reunidos na 32ª Assembléia das Igrejas Particulares do Regional Sul 1 da CNBB, em Itaici-SP, foram fundamentais para restabelecer a verdadeira orientação: “*não indicam nem vetam candidatos ou partidos e que respeitam a decisão livre e autônoma de cada eleitor*”. Agora é preciso esclarecer o envolvimento de segmentos ligados à ampla divulgação da nota anterior, bem como a origem do patrocínio para sua reprodução e distribuição.

Internet e as eleições

⁶ Conferir na página <http://www.ponto.outraspalavras.net/>

⁷ Referência ao protesto realizado em 1773 em reação à elevada taxaço do chá inglês para consumo na então colônia.

As eleições presidenciais deste ano estão sendo marcadas pela presença da internet, tanto na circulação de informações práticas das campanhas, como datas e horários de carreatas e comícios. Foi importante também no surgimento de novos espaços de debates políticos, onde se discute as posições de cada candidato sobre os mais diversos temas.

Outro processo desencadeado pela internet nestas eleições foi a proliferação de “mecanismos de checagem”, a respeito do que é colocado como “informação verdadeira” pela grande mídia escrita como televisiva. Neste sentido, a internet trouxe um avanço em termos de democratização da informação, processo no qual o eleitor passou a ter muitas fontes alternativas de informação e análise, para construir seu próprio posicionamento político, em cada situação concreta.

Para que se tenha uma idéia do que esta novidade significa, apenas um “blog alternativo” no universo digital brasileiro teve, em um mês apenas, mais de cinco milhões de acessos por parte de cidadãos internautas.

O outro lado desta história, a princípio tão positiva, é que a internet propiciou também a circulação de uma infinidade de informações falsas e de imagens criadas digitalmente, que não passam por nenhum tipo de crivo no sentido do controle da sua veracidade nem no sentido do componente ético na comunicação pública.

Assim, constituiu-se com a comunicação digital nas suas múltiplas formas – blog, site, twitter, portal, e-mail, face book etc – um novo campo para o confronto político, no qual muitos daqueles em situação de relativa inferioridade na disputa eleitoral acabam cedendo à tentação de por em circulação, neste universo virtual, informações, análises e imagens que visam apenas desconstruir a imagem pública do adversário político e projetar positivamente a própria imagem.

Portanto, muito temos ainda a caminhar para tornar o uso da internet um recurso educativo e saudável para a cidadania, aprofundando a democracia no momento crucial que é aquele do debate político e eleitoral.

A desigualdade social e as eleições majoritárias no DF

Em maio desse ano, a CBJP publicou em seu Boletim de Conjuntura, uma explicação para a situação de corrupção que foi desvelada no Distrito Federal⁸. É clara a correlação entre as situações de menor renda e escolaridade e a eleição de políticos envolvidos no esquema conhecido como “Caixa de Pandora”.

A aplicação da Lei da Ficha Limpa nestas eleições acabou por afastar, pela renúncia, um dos candidatos ao Governo do Distrito Federal, visto que ele havia renunciado ao mandato ao senado, após ser representado na Comissão de Ética daquela casa legislativa.

Com aprovação apertada no TRE-DF, conseguiu emplacar a candidatura de sua esposa, em substituição à dele. E esta conseguiu levar para o segundo turno as eleições para governador do DF. Utilizando-se da mesma classe de situação de desigualdade, pode-se comprovar que a candidata conseguiu vencer nas zonas eleitoras castigadas com os maiores índices de desigualdade social. Terá sido mera coincidência?

Movimentos Sociais

Movimentos Sociais e as eleições

Tradicionalmente, os movimentos sociais possuem um peso relevante no processo eleitoral brasileiro. Este ano, no entanto, este peso ficou reduzido.

A priorização, por parte dos partidos políticos, pela disputa no horário eleitoral gratuito da televisão e rádio e pelo combate no mundo virtual, propiciado pela internet, reduziu o protagonismo político dos movimentos sociais.

⁸ Para conferir acessar: <http://www.cbjp.org.br/wp-content/uploads/2010/08/BoletimAnaliseConjunturaMaio2010.pdf>

As lideranças populares se ressentiram desta situação, pois não se sentiram convocadas para a elaboração de programas de governo, para o debate de propostas de políticas públicas, e nem mesmo para a defesa dos seus candidatos, nos bairros, vilas, locais de trabalho ou moradia. Se existe algo em que os movimentos sociais são eficazes politicamente, é no trabalho de base, no casa-em-casa, no olho-no-olho, no pé-do-ouvido, na conversa direta com os cidadãos e cidadãs, para debater temas políticos, contestar informações e passar análises políticas.

A ausência da militância partidária nas ruas, em geral, e dos militantes dos movimentos sociais, em especial, contribuiu para uma despolitização do debate eleitoral, dando margem para que não se priorizasse a discussão de cunho programático, estratégico ou ético, mas sim aquela a respeito de detalhes específicos das propostas de políticas públicas ou, de forma bastante ruim, a respeito da vida pessoal dos candidatos aos diferentes cargos eletivos.

Ou seja, a ausência dos movimentos sociais rebaixou o debate político no atual processo eleitoral brasileiro. É importante que eles voltem a mostrar sua presença nos próximos momentos de eleição, pois só eles são capazes de qualificar o debate dos diferentes programas partidários e ligar esse debate com a vida concreta da população, a mais interessada em acertar nas suas escolhas através do voto cidadão.

Plebiscito Popular sobre o Limite da Propriedade da Terra

Neste ano, na semana da pátria, entre os dias 1º e 7 de setembro, juntamente com a 16ª edição do Grito dos Excluídos, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), composto por mais de 50 entidades, promoveu, em todo o território nacional, o plebiscito sobre o limite da propriedade da terra, a soberania territorial e a segurança alimentar. A sociedade brasileira teve a oportunidade de dizer se é contra ou a favor da concentração de terras em nosso país.

Essas foram as perguntas do plebiscito:

- 1- Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho? Sim? Não?
- 2- Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade? Sim? Não?

O plebiscito destacou a participação popular, a soberania da população e a articulação da sociedade civil organizada, como indispensáveis ao fortalecimento da democracia. Foram ouvidas aproximadamente 500 mil pessoas, das quais 90% responderam sim ao limite da propriedade.

Sem o apoio formal da grande mídia, o FNRA contou com o trabalho de milhares de voluntários e militantes das questões sociais. Foi criado um sítio eletrônico, www.limitedaterra.org.br, que recebeu mais de 150 mil acessos em cinco meses e por pessoas de 52 países.

O plebiscito possibilitou um diálogo com a sociedade brasileira sobre a concentração fundiária que expulsa milhares de famílias do campo, multiplica o número de favelas e a violência nos centros urbanos. São mais de 11 milhões de famílias que vivem, hoje, em favelas, cortiços ou áreas de risco.

Na zona rural brasileira vivem hoje cerca de 30 milhões de pessoas, representando aproximadamente 16% da população do país. Quase 50% das propriedades rurais têm menos de 10 hectares e ocupam apenas 2,36% da área do país. E menos de 1% das propriedades rurais (46.911) têm área acima de 1 mil hectares cada e ocupa 44% do território nacional (IBGE, 2006).

Segundo os dados coletados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), nos últimos 25 anos, foram assassinados no Brasil 1.546 trabalhadores rurais; 422 foram criminalizados e presos por lutarem por seus legítimos direitos; 2.709 famílias expulsas de suas terras; 13.815 famílias despejadas; e 92.290 famílias envolvidas em conflitos por terra. Foram registradas ainda 2.438 ocorrências de trabalho escravo, com 163 mil trabalhadores escravizados.

A delimitação das propriedades rurais em 35 módulos fiscais como proposta concreta do plebiscito, significa que áreas acima dos 35 módulos fiscais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público, com a finalidade de serem destinadas à reforma agrária.

A introdução desta medida resultará numa disponibilidade imediata de mais de 200 milhões de hectares de terra para as famílias acampadas, sem despendere recursos públicos para a indenização dos proprietários. Esses recursos são hoje gastos em processos desapropriatórios e que poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica para os assentamentos.

O debate está posto, a expectativa foi criada. Resta agora continuar o processo de mobilização e o relançamento da campanha pelo limite da propriedade com a coleta de assinatura do abaixo-assinado.

O próximo embate se dará no Congresso Nacional pela aprovação de uma PEC que limite a propriedade de terra no Brasil e garanta a soberania territorial.

O censo e a população negra

O CENSO de 2010 apontará a população afro-descendente como a maioria no Brasil, em torno de 50,3%. Esta tendência de crescimento já vinha sendo apontada nas últimas amostragens.

Isto é fruto de um avanço, pois, dentro da configuração mostrada pelo IBGE (pretos, pardos, indígenas, amarelos e brancos) a denominação “pretos e pardos” passaram a ser considerados negros, em várias pesquisas. O crescimento do percentual se deve também ao fato da população afro-brasileira “assumir-se” enquanto negro. Nas pesquisas diz-se na pertença étnica. Isto por dois fatores: superação do envergonhamento pela pertença cultural (ser negro como referencia cultural) e as vantagens das políticas públicas afirmativas voltadas para a população negra.

A amostra tem a seguinte estrutura: “A sua cor ou raça é:” (IBGE, p. 192, 2010). No questionário Básico o item que registra é “6.04 - A sua cor ou raça é:” (IBGE, p. 192, 2010).

Existe também o questionamento ao IBGE por não contemplar a postura identitária sócio-histórico-cultural como povo Negro que teria implicações na pressão pela adoção de políticas públicas em prol da população afro-brasileira

Dia Mundial da Alimentação e o combate à fome

No dia 16 de outubro foi comemorado o Dia Mundial da Alimentação. A data celebrada já a 27 anos que relembrar o surgimento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 16 de outubro de 1945. O tema de 2010 foi: "Unidos Contra a Fome". Mais de 180 países organizam atividades e se mobilizam para reduzir a fome que afeta cerca de um bilhão de pessoas no mundo.

O Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares (IFPRI, na sigla em inglês) apontou que o Brasil passou de um índice "moderado" de fome em 1990 para "baixo" em 2010. O instituto destacou que o combate à desnutrição se beneficiou dos maiores gastos sociais e, mais recentemente, do crescimento econômico. A desnutrição caiu de 37% (1974/1975) para 7% (2006/2007). Para a entidade, o programa Bolsa Família, colaborou com essa redução.

A ONG ActionAid apontou o Brasil como o país que mais promove efetivas ações de combate à fome. No levantamento, aparece em primeiro lugar o Programa Bolsa Família, os aumentos no salário mínimo e os programas de compras governamentais que apoiam os pequenos agricultores. O relatório divulgado em setembro pela entidade descreveu que "tomadas em conjunto, essas medidas são amplamente reconhecidas como tendo tido um impacto fenomenal na redução da outrora infame desigualdade brasileira - com taxas de crianças com fome reduzidas em mais de 50%, em pouco mais de 10 anos".

Outra pesquisa, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que 20,4 milhões de pessoas saíram da pobreza desde 2003. De acordo com o levantamento, que leva em conta os dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), naquele ano, 28,12% dos brasileiros eram considerados pobres, ou seja, tinham renda mensal de até R\$ 140 em valores atuais. Em 2009, o índice de pobreza no Brasil baixou para 28,8 milhões (15,32%), um milhão a menos.

Foi promulgada, em fevereiro deste ano, a Emenda Constitucional 64, que alterou o Artigo 6º da Constituição federal, tornando a alimentação um direito social da população. Outra iniciativa inovadora para fortalecer as estratégias de combate à fome foi o decreto assinado pelo presidente da república, em agosto passado, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O decreto define forma de gestão, financiamento, avaliação e controle social e busca assegurar o direito à alimentação adequada e saudável em todo o país, conforme prevê a Constituição e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Com esses avanços, o Brasil virou modelo no combate à fome e referência mundial.

O mutirão pela superação da miséria e da fome apoio e divulgou o abaixo-assinado sobre a fome encaminhado à ONU. Com o lema "Um bilhão de pessoas vive com fome crônica e eu estou louco de raiva", a campanha "1billionhungry" (um bilhão com fome) disponibiliza uma petição on-line que pressiona os governos de todo o mundo a priorizarem o combate à fome em suas ações⁹. Mais de um milhão de pessoas já aderiram.

4. Rápida avaliação das eleições com relação ao Parlamento Congresso Nacional

O primeiro turno das últimas eleições foi pouco politizado; houve mais discussão em confronto pessoal do que apresentação serena de projetos para a sociedade, embora tenha mostrado uma democracia eleitoral que vai se consolidando.

Duas considerações importantes merecem maior atenção:

Primeira, essas eleições agravaram um processo que vem se acentuando: o enfraquecimento dos partidos políticos. As questões eleitorais estão se tornando realmente mais pragmáticas que ideológicas. Pouco ou nada significa a maioria parlamentar na Câmara Federal ser do PT, do PMDB ou do PSDB. Isso não quer dizer que o Brasil esteja mais à esquerda ou ao centro. O que vem ganhando espaço, como reais partidos políticos, no Brasil, são as bancadas do Congresso: as bancadas ruralista, evangélica, do esporte, da polícia, das armas.

Uma segunda consideração: sobre o sistema político representativo. Com 200 milhões de brasileiros, temos que valorizar o sistema representativo. Ninguém pode pensar em democracia direta em nível nacional, embora seja ela fundamental como têm mostrando algumas experiências de iniciativa popular. No entanto, o nosso sistema de representação político é ainda pouco representativo e necessita, sem dúvida de revisão numa reforma política.

Vejam os números do resultado das eleições e algumas curiosidades:

Senado: renovação será de quase metade do quadro

Pelo menos 39 dos 81 atuais senadores se despedirão da Casa em 1º de fevereiro de 2011, data de posse dos parlamentares que se elegeram nas eleições do dia 03 de outubro. Esses insígnies "partintes" vão deixar a representação de seus estados por insucesso na busca pela reeleição, por participar de disputa por outro cargo eletivo ou mesmo pela desistência em concorrer a qualquer posto. O julgamento final de recursos contra a impugnação de candidaturas ainda pode mudar um pouco essa contagem.

As últimas eleições não pouparam destacados parlamentares como Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Heráclito Fortes (DEM-PI), Marco Maciel (DEM-PE) e Mão Santa (PSC-PI).

PMDB é o maior partido no Senado; o PT a segunda força

⁹ Mais informações, consultar a página: <http://www.1billionhungry.org/>

No Senado aumentou o número dos partidos, que dão suporte ao governo do presidente atual. Os de oposição encolheram. O PSDB caiu de 16 para 10 senadores, e o DEM foi de 13 para apenas 6. Enquanto isso, o PMDB saiu de 17 parlamentares para 21, e o PT vai de 8 para 14.

A partir de 2011, o Senado terá três ex-presidentes da República

Com a eleição de Itamar Franco (PPS-MG) para o Senado, a Casa contará com a presença de três ex-presidentes da República na próxima legislatura. A partir de fevereiro de 2011, Itamar ocupará uma das cadeiras do Senado ao lado de José Sarney (PMDB-AP), e de Fernando Collor (PTB-AL). Esta será a primeira vez que três ex-presidentes serão senadores simultaneamente.

Câmara: o PT supera PMDB e passa a ter maior bancada

O PT elegeu 88 deputados federais e passará a ter a maior bancada da Câmara no ano que vem, após a posse dos eleitos/as. Em segundo lugar vem o PMDB, com 79 deputados/as eleitos. Os dois partidos integram atualmente a base governista.

Os partidos que apoiaram, no primeiro turno, a candidata do governo, Dilma Rousseff, são: PT, PMDB, PRB, PDT, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PCdoB. Esses partidos elegeram 311 deputados.

A oposição - PSDB, DEM, PPS e PSOL - elegeu 111 deputados; os partidos independentes - PV, PP, PTB, PMN e PTdoB - elegeram 91; são eles integrantes da base aliada na Câmara, mas não apoiaram nenhum candidato ao Planalto.

A renovação na Câmara atingiu a marca de 46,4%, em comparação com a bancada eleita em 2006. Esse número é um pouco superior ao verificado há quatro anos, que foi de 46%. Historicamente, a média de substituição na Casa fica em torno de 40% a 50%. Entre os estados, a renovação foi maior no Distrito Federal e Sergipe, ambos com 87,5%, e menor no Rio Grande do Norte e no Amazonas com 25% cada. Ao todo, 275 deputados (53,6%) conseguiram renovar seus mandatos. As demais vagas (238) serão preenchidas por novos deputados.

Eleição sub judice

Todos esses resultados são ainda provisórios. Até o dia da diplomação dos eleitos (17 de dezembro), a Justiça deverá julgar os recursos de todas as candidaturas indeferidas por variados problemas: falta de quitação eleitoral, de documentação. Também se enquadram nesse caso os recursos de postulantes que tiveram o registro indeferido por força da Lei da Ficha Limpa.

A expectativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é que boa parte desses casos sejam analisados ainda durante este mês de outubro. Em alguns estados, decisões judiciais podem modificar o quadro dos eleitos. É o caso do Rio de Janeiro, onde o candidato Anthony Garotinho (PR) elegeu-se com grande votação, beneficiando companheiros de partido pelo critério do quociente eleitoral. O ex-governador fluminense concorreu amparado por uma liminar concedida pelo TSE. Caso ela caia no julgamento do mérito da questão, ainda sem data marcada, isso afetará Garotinho e os eventuais candidatos que se elegeram com base na sua votação.

As eleições para senador nos estados do Pará, de Amapá e da Paraíba estão sub judice. Vários candidatos bem votados foram impugnados pela Justiça Eleitoral com base na “Lei da Ficha Limpa”. Como o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não julgou a aplicabilidade da lei nestas eleições, não se sabe se Jader Barbalho (PMDB-PA), Paulo Rocha (PT), João Capiberibe (PSB-AP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) serão ou não considerados aptos para se eleger. Assim, as eleições de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Marinor Brito (PSOL-PA), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Wilson Santiago (PMDB-PB) esperam a decisão da Justiça. Por enquanto, são eles que figuram entre os eleitos. No caso do Pará, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, já adiantou que a votação dos candidatos impugnados - Jader e Paulo Rocha - somou 57% dos votos, o que pode provocar a anulação desta eleição e a marcação de outra; a lei estabelece que, havendo anulação de mais da metade dos votos, haverá nova eleição para o respectivo cargo.

Os campeões de votos das últimas eleições são novatos na Câmara.

Em números absolutos o recordista foi Tiririca (PR-SP), com 1.353.820 de votos. Em termos relativos, o primeiro lugar cabe ao candidato Reguffe (PDT-DF), com 18,95% dos votos válidos. Seis parlamentares conseguiram obter a maior votação no seu estado pela segunda eleição consecutiva: ACM Neto (DEM-BA), Iris de Araújo (PMDB-GO), Rodrigo de Castro (PSDB-MG), Marcelo Castro

(PMDB-PI), Marinha Raupp (PMDB-RO) e Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) com 482.590 votos, a maior votação entre as candidatas.

Apesar dessa grande votação de Manuela, a bancada feminina não cresceu, como era esperado por analistas políticos. Foram eleitas 43 candidatas, contra 47 deputadas eleitas em 2006.

Famílias com tradição na política elegem seus descendentes

A tradição de eleger filhos de políticos, já consagrados nas urnas, se repetiu nas eleições deste ano. Em *Alagoas*, o filho do senador Renan Calheiros, Renan Filho (PMDB), chega ao primeiro mandato como deputado federal mais votado, com mais de 140 mil votos. Em *Sergipe*, o filho do senador Antônio Carlos Valadares, Valadares Filho (PSB), também o mais votado, conquistando uma vaga na Câmara pela segunda vez. Na *Bahia*, Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM), pela terceira vez, é o deputado mais votado em seu estado. Em *Pernambuco*, a campeã de votos é a deputada Ana Arraes (PSB), filha do ex-governador Miguel Arraes e mãe do atual governador Eduardo Campos. No *Ceará*, Domingos Gomes de Aguiar (PSB) foi o deputado federal mais votado; é ele filho do atual presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e vice-governador eleito, Domingos Filho. Na *Paraíba*, o deputado Wilson Santiago (PMDB), eleito neste ano para o Senado, ao mesmo tempo em que o seu filho, o empresário José Wilson Santiago Filho, concorrendo como Wilson Filho (PMDB), conquistou seu primeiro mandato na Câmara, aos 21 anos. Ainda na Paraíba, o deputado Efraim Filho (DEM) obteve a reeleição, mas seu pai, o senador Efraim Morais (DEM), não teve o mesmo sucesso. Também no mesmo estado, elegeu-se senador neste ano o atual deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), filho do ex-deputado Antonio Vital do Rego, que exerceu três mandatos na Câmara Federal. Também foi eleita Jaqueline Roriz, filha do ex-Governador do DF.

No *Paraná*, o filho do ex-ministro José Dirceu, Zeca Dirceu (PT), obteve 108.886 votos para deputado federal neste ano. Outro jovem político bem votado no Paraná foi o deputado Ratinho Júnior (PSC), 29 anos, filho do apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho. O parlamentar obteve 358.924 votos, o equivalente a 6,32% dos votos válidos.

Contribuíram para esta análise:

Pe. Antonio Abreu, Pe. Bernard Lestiene SJ, Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades),
Pe. Ari, Daniel Seidel, Ir. Delci Franzen, Pe. José Ernane Pinheiro,
Pe. Nelito Dornelas e Paulo Maldos

Prof. Msc **Daniel Seidel**
Universidade Católica de Brasília e CBJP/CNB